



# MUNICÍPIO DE MURIAÉ

## GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL  
DE MURIAÉ

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N. 04/2021

PROTOCOLO SOB Nº 116

DATA: 10.05.2021

HORA: 19:50

Altera dispositivos nos Arts. 50, 54, dentre outros da Lei Orgânica do Município de Muriaé e do Ato das Disposições Transitórias.

A Câmara Municipal de Muriaé, por sua Mesa Diretora, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, promulga a seguinte Emenda:

**Art. 1º** Fica alterado o §2º, do Art. 50, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 50. Omissis**

(...)

**§2º** O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.”

**Art. 2º** Ficam alterados os incisos I e II, e os §§ 7º e 8º, e incluídos o §§ 9º, 10, 11 e 12, no Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 54. Omissis**

(...)

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei;

II - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(...)

**§ 7º** O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal auferido em vínculo distinto do cargo ocupado pelo servidor será contado exclusivamente para fins de aposentadoria, observado o disposto nos §§ 9º e 9º-A do artigo 201 da Constituição Federal, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.

**§ 8º** A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

**§ 9º** Aplica-se o limite fixado no artigo 37, XI, da Constituição Federal à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Lei Orgânica, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

**§ 10.** O benefício do regime próprio de previdência social, limitado ao valor máximo do benefício do regime geral de previdência social, observado o disposto no § 12, poderá ser cumulado com os valores de aposentadoria e pensão do regime de previdência complementar, criado por lei de iniciativa do Chefe do Executivo.

**§ 11.** O Município instituirá Regime de Previdência Complementar com oferta de plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, a ser efetivado por intermédio de entidade fechada ou aberta de previdência complementar, observado o disposto no art. 202 da Constituição da República.



## MUNICÍPIO DE MURIAÉ

### GABINETE DO PREFEITO

§ 12. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 10 e 11 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público, com vinculação ao regime próprio de previdência social, até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar."

**Art. 3º** Fica incluído o inciso VIII, no Art. 107, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 107. Omissis**

(...)

VIII - contribuição de seus servidores, ativos e inativos, bem como de seus pensionistas, para custeio de regime próprio de previdência, cuja alíquota não poderá ser inferior à alíquota da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União, exceto se demonstrado que o regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial."

**Art. 4º** Ficam incluídos os Art. 25 e 26, no Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 25.** A concessão de aposentadoria ao servidor público municipal vinculado a Regime Próprio de Previdência Social e de pensão por morte aos respectivos dependentes será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desses benefícios até a data de entrada em vigor desta Emenda à Lei Orgânica, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

**Parágrafo único.** Os proventos de aposentadoria devidos ao servidor público a que se refere o caput e as pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculados e reajustados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

**Art. 26.** Até que entre em vigor a lei de que trata o § 12, do artigo 54 da Lei Orgânica, o servidor público que cumprir as exigências para a concessão da aposentadoria voluntária e que optar por permanecer em atividade terá direito a abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória."

**Art. 5º** Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Muriaé, entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 06 de Maio de 2021.

**JOSÉ BRAZ**  
Prefeito Municipal de Muriaé



# MUNICÍPIO DE MURIAÉ

## GABINETE DO PREFEITO

Muriaé, 06 de Maio de 2021.

*Senhor Presidente,*

*Senhores Vereadores,*

Saudações. É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes e com fulcro no artigo 80 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, em caráter de URGÊNCIA, que encaminho o presente projeto de Emenda à Lei Orgânica a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado, com a seguinte:

### JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Emenda à Lei Orgânica que visa promover alterações em razão da Reforma da Previdência, instituída pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Nesse sentido, justifica-se a proposta de emenda visando adequar a LOM a EC nº 103/2019, uma vez que, em algumas matérias, as novas previsões requerem, para sua plena eficácia, a integração de suas disposições por legislação infraconstitucional, foram estabelecidas normas constitucionais de eficácia limitada. Desse modo, a norma constitucional embora imediatamente aplicável, ainda não produz a totalidade de seus efeitos jurídicos, o que somente ocorrerá quando houver a atuação do legislador infraconstitucional.

Concernente à aposentadoria por invalidez, o Constituinte Reformador alterou sua denominação para aposentadoria em razão de incapacidade permanente para o trabalho, haja vista que o termo invalidez é anacrônico e incompatível com o atual arcabouço jurídico, que coloca a integração das pessoas na sociedade como elemento fundamental do Estado Democrático de Direito.

Ademais, a EC nº 103/2019 alterou o § 2º do art. 40 da Constituição Federal para limitar o valor dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, ressaltando a observância do disposto nos §§ 14 a 16 do mesmo artigo 40, que tratam da instituição de regimes de previdência complementar para os servidores públicos, especialmente no que tocante à opção por permanecer no regime próprio daquele servidor que tenha ingressado no serviço público anteriormente à instituição do regime complementar respectivo.

Nesta senda, uma vez instituído o Regime de Previdência Complementar, através de Lei, conforme previsto nesta Emenda, poderá o servidor público receber os proventos de aposentadoria superior ao teto estabelecido para Regime Geral de Previdência Social.

Note-se que até o advento da reforma, a criação da previdência complementar do servidor consistia em liberalidade autorizada pela Constituição Federal. Não havia obrigatoriedade na sua instituição e o ente federativo poderia condicionar sua criação à necessidade atuarial. A EC nº 103/2019 exige que tais regimes sejam instituídos e, ainda, confere 02 anos como prazo máximo para criação, pelos entes federativos.



## **MUNICÍPIO DE MURIAÉ**

### **GABINETE DO PREFEITO**

---

Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**JOSÉ BRAZ**  
**Prefeito Municipal de Muriaé**

**Exmo. Sr.**  
**ANTÔNIO AFONSO SOARES TOMAZ**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**